LUTAR É PRECISO

Sindjus RS
Com o Servidor e pelo Servidor

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul – Sindjus/RS - Edição 194 – Junho de 2014

SOMOS TODOS TRABALHADORES DA MESMA JUSTIÇA

ACHATAMENTO SALARIAL,
DESVALORIZAÇÃO DO SERVIDOR,
ASSÉDIO MORAL E PCS PREOCUPANTE

COMO SERÁ O FUTURO DO JUDICIÁRIO?

Reconquista da Dignidade: um ano de lutas
Movimento sindical ganha força e tem avanços significativos nas frentes de luta
Página 4

Planos de Carreira, cargos e valorização financeira
Página 3

ARTIGOS
Síndrome da corrupção pública brasileira
Jornadas de Junho: uma análise das Ciências Sociais
Páginas 6 e 7

Estamos ganhando força e construindo vitórias

Este mês registra um período marcante para a sociedade brasileira. É o período representativo ao primeiro ano dos movimentos sociais de junho, quando milhares de pessoas de várias idades, faixa social, etnias, ideologias políticas foram às ruas. Primeiro, contrárias a possibilidade de um reajuste absurdo das tarifas de ônibus em suas cidades e do sucateamento do transporte público. Depois, contra a corrupção na gestão pública e na política nacional. E de repente, as bandeiras de lutas eram várias, de diferentes vertentes e núcleos..

Coincidentemente, neste mesmo mês, esta gestão sindical completa um ano de trabalho, do triênio que nos compete. Período em que estivemos na condução de lutas históricas da nossa categoria como a recomposição salarial com ganho real, implantação de data base, luta contra o assédio moral e plano de carreira. Também combatemos o aumento dos cargos em comissão no PJ e no serviço público em geral; agimos contra a extinção de cargos, como o de oficial ajudante e auxiliar de serviços gerais; assim como lutamos contra a automacidade e a criação de cargos de desembargador, assessor e secretário de desembargador, entre outros.

A direção sindical está sempre atuante na busca de melhores condições de trabalho para os servidores

Nesses doze meses, foram muitos os momentos de tensão e de mobilização da categoria. Situações que mantiveram a direção sindical sempre atuante, na busca de melhores condições de trabalho para os servidores. Foi preciso muita garra, determinação a apoio da base para a construção de processos que ainda estão em andamento. Mas a cada batalha, a cada encontro com os colegas, a cada reunião ou atividade sindical, fica ainda mais nítido que, ao longo desse primeiro ano, o movimento sindical vem ganhando força e construindo vitórias.

Em dezembro de 2013, os colegas puderam usufruir da primeira edição do recesso forense: uma demanda antiga da categoria. Este ano, nossa busca é pela manutenção e normatização dessa conquista. A data base tem sido uma luta constante do Sindicato, a fim de que seja instituída de forma correta e célere. Também estamos desenvolvendo ações que promovam a conscientização da sociedade sobre a importância das nossas lutas e os benefícios sociais que elas trarão ao RS.

Mas todos esses processos, e muitos outros que estamos vivenciando, não seriam nada sem a força de nossa base, que quando unida, não deixa dúvidas à administração do Tribunal de Justiça: estamos nos unindo, despertando e percebendo a nossa força e o nosso valor. Esse é o nosso ganho maior nesses primeiros meses, e o nosso alimento para a construção de vitórias concretas. Boa leitura!

*** Charge do cartunista Laerte especialmente cedida ao Lutar é Preciso**

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul SindjusRS - Rua Quatro Jacós, 26, Porto Alegre
Bairro Cidade Baixa – Porto Alegre | RS - CEP 90150-010
Fone | Fax (51) 3224.3730 – 3224.2452

Diretoria Executiva:
Marco Aurelio Ricciardi Weber, Davi Pio da Silva dos Santos, Eclaíza Luongodo Nascimento, Paulo Cezar de Almeida Berny, Fabiano Marranghello Zalazar, Edson José Busatto, Adalberto Paulo Klock, Rosângela de Fátima Soares Laurent, Geovana Zamperetti Nicoletto, Carmen Nadia Pereira Rosso e Janice de Borba Pacheco.

Jornalista responsável:
Elaine Barcellos de Araújo - MTb 10.569
Sugestões de pauta: imprensa@sindjus.com.br

Planejamento Gráfico e Diagramação:
ZAP Multimídia

www.sindjus.com.br
ouvidoria@sindjus.com.br
www.facebook.com/sindjusrs
www.twitter.com/sindjusrs

Planos de carreira, cargos e valorização financeira

Lamentavelmente, o TJRS é hoje uma das instituições que paga os mais baixos salários aos seus servidores públicos em comparação com outros órgãos e entidades estaduais, federais e até mesmo municípios com orçamentos mais modestos. Razão pela qual os servidores migram para outros cargos com melhor remuneração e condições de trabalho.

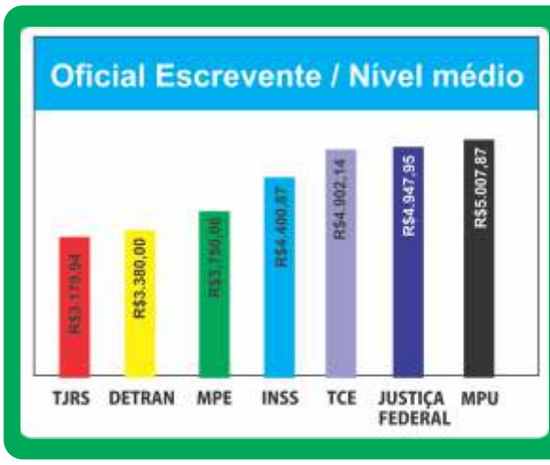
Os servidores públicos são o que a administração possui de mais sagrado em seus quadros. Nós, servidores efetivos, de longa data, não recebemos a devida valorização pela eficiência de nossos serviços. Pelo contrário, cada vez mais sofremos com o processo de desmanche e desvalorização do serviço público, achatamento salarial, assédio moral e ausência de democracia na gestão da administração pública.

Quando nós do Judiciário gaúcho temos a perspectiva de um Plano de Carreira que nos valorize e nos prestigie, com a previsão de adicionais por qualificação profissional e de produtividade, como ocorre na quase totalidade das carreiras do serviço público, constatamos que a espinha dorsal do nosso anteprojeto de lei do PCS é francamente desfavorável nesse ponto.

Exemplo da crescente desvalorização do servidor público concursado é a nossa remuneração, cada vez mais precária e insuficiente para a manutenção digna de nossas famílias.

A comparação dos vencimentos do cargo de Oficial Escrevente com os vencimentos de alguns conhecidos cargos de nível médio da administração pública federal e estadual dá o tom da gravidade de nossa situação.

Tais carreiras em sua quase totalidade já possuem plano de carreira com inúmeros benefícios inexistentes no anteprojeto do PCS do TJRS como diversos tipos de adicionais e valores substanciais de funções gratificadas.



Nos cargos do TRF há ainda a incidência de adicional de qualificação variando de R$ 84,73 a R$ 353,02. A partir do nível A2, o servidor percebe a GAE (gratificação de atividade executiva) no valor inicial de R$ 988,46 para Técnicos Judiciários na especialidade de inspetor e agente de segurança judiciária.As funções gratificadas no TCE RS variam de R$ 201,53 a R$ 6.098,94.

Os servidores efetivos do DETRAN RS ganham gratificação de produtividade de trânsito – GAT, de 30%, que será respectivamente de 40% (quarenta por cento) a partir de 1º/12/2014; 50% (cinquenta por cento) a partir de 1º/03/2015 e 60% (sessenta por cento) a partir de 1º/12/2015.

No DETRAN há ainda uma função de gratificação de examinador de R$ 1.982,20, que quase todos os servidores recebem.

É essa a valorização profissional do TJ para seus servidores?

Sabemos dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, costumeiramente, essas restrições são arguidas somente quando o assunto são os nossos salários, a remuneração dos plantões, ou ainda, a criação de gratificações para os servidores. Por outro lado, para a magistratura e o aumento do salário dos cargos comissionados não existem óbices, os projetos de lei são encaminhados à Assembleia Legislativa sem prejuízo das limitações legais.

Precisamos acordar, abrir os nossos olhos para essa triste rea-lidade. Nossos venci-mentos, ano após ano, estão minguando. No andar da carruagem, chegaremos ao ponto em que seremos os servidores com os vencimentos mais baixos de toda a administração pública. Queremos valorização profissional já!

Caso não sejam promovidas alterações no PCS que valorizem todos os servidores do ponto de vista profissional e financeiro – na mesma medida do proposto pela administração para os cargos comissionados de assessor de juiz e de pretor – com a adoção de uma política administrativa clara que nos propicie ganhos reais substanciais nos vencimentos, com uma data-base fixada e a recomposição integral da inflação, deveremos intensificar a união e a mobilização de nossa categoria em prol das lutas pela nossa dignidade e reconhecimento profissional.

Outro reflexo da nossa miséria, é o valor do nosso estornado e pífio auxílio-refeição, um dos mais baixos do país. O SindjusRS apresentou estudo à administração acerca da necessidade urgente de reajustamento do auxílio-refeição, solicitando o fim do estorno e o pagamento desses valores no patamar pago aos colegas da Justiça Federal, ou seja, R$ 751,96.Da mesma forma, quando falamos de gratificações e adicionais que existem em outras instituições, a administração precisa criar urgentemente uma função gratificada para os plantões, que devem ser remunerados, pois os servidores permanecem à disposição da administração vinte e quatro horas por dia, durante sete dias da semana, sem nenhuma contrapartida financeira.

Somos todos trabalhadores da mesma Justiça

A prosseguir o planejamento da administração do TJRS, com a concessão de privilégios a poucos, a exemplo os reajustes diferenciados que se pretende dar apenas aos cargos comissionados do primeiro grau, vide o PL nº 122/2014, tramitando na Assembleia Legislativa, e o que se pretende no PCS do TJ, com reajustes anuais diferenciados a esses cargos, cumulados com os reajustes dos demais cargos, tememos pelo futuro do nosso Judiciário, cada vez mais elitizado e distante da sociedade.

Reconquista da Dignidade: um ano de lutas

São tempos de mudanças. O que antes parecia desacreditado, desmotivado e enfraquecido, agora ruma pela reconquista da dignidade. Há um ano, o movimento sindical vem retomando a credibilidade junto à categoria, ora dando vez às sugestões e participações dos colegas, ora dando voz às críticas construtivas nos diversos processos que são executados.

Há um ano, quando os atuais dirigentes assumiram a frente de lutas históricas como a recomposição salarial com ganho real, implantação de data base, combate ao assédio moral, recesso forense, construção de um plano de carreira justo e para todos, combate ao aumento dos cargos em comissão no PJ, contra a extinção de cargos, luta pela jornada de sete horas, contra a criação de mais cargos comissionados e contra os privilégios concedidos a poucos, sabia-se que essas não seriam tarefas simples.

Precisamos renovar nossa representação no parlamento gaúcho com deputados que estejam ao lado dos servidores

Nesse primeiro ano, combates, acirrados, na Assembleia Legislativa foram desfavoráveis à categoria, mas também houve vitórias estabelecidas nas frentes de luta sindical, sinal de que precisamos renovar nossa representação no parlamento gaúcho com deputados que estejam ao lado dos servidores e trabalhadores. Há o recesso forense de final de ano, que agora segue para sua regulamentação. Formou-se uma equipe coesa e eficiente no atendimento aos casos de assédio moral e doenças laborais. Convênios são formados, sem ônus ao sindicato, com várias empresas, onde se destaca a CEF, universidades e redes de farmácias.

Além disso, estabeleceu-se a construção de uma política capaz de instituir um processo permanente de ampliação do poder de compra dos salários da categoria. Esse é um dos desafios atuais a ser vencido, ao lado de demandas como um plano de cargos e salários digno e justo. Ele exigirá de todos os envolvidos — servidores, Sindicato e a administração do TJ/RS — propostas e ações capazes de superar as limitações hoje perceptíveis na matriz de remuneração dos servidores do nosso Judiciário.

Mas, o que consagra o movimento sindical nos últimos doze meses, é o ganho político e social construído pela participação coletiva dos servidores nas atividades sindicais. Instrumentos que servem de base e argumento para as lutas em curso.

Participação ativa em movimentos sociais e dos trabalhadores

Paralisações marcam insatisfação com a política administrativa do TJRS

Negociações avançam

Avanços significativos surgem na pauta de reivindicações da categoria. Cinco pontos prioritários e urgentes foram elencados para a negociação inicial. São eles: revisão do texto do pro-jeto de data-base; cria-ção de um substitutivo, em forma de gratificação à remuneração representada atualmente pelo pagamento das URV; reajuste nos valores do auxilio-refeição; manutenção e regulamentação definitiva do recesso natalino e abertura imediata da mesa de negociação, envolvendo o Plano de Cargos e Salários. Consoante promessa da administração do Tribunal de Justiça do RS, estas demandas devem ser atendidas ao longo do próximo semestre, dependendo do andamento dos projetos de lei na Assembleia Legislativa. Cobraremos com rigor as promessas feitas. A categoria deve permanecer alerta e vigilante quanto ao seu sindicato e as ações da administração do TJ.

Sindicato avalia os Encontros Regionais e prepara o próximo ciclo

Os Encontros Regionais de Conscientização e Mobilização, realizados no esta-do pelo Sindicato, foram o início de uma caminhada em direção aos anseios da categoria. Com pauta visando as demandas dos servidores - como jornada de 7 horas, data-base, assédio moral, reajuste digno do vale-alimentação, diminuição do número de CCs, PCS -, os Encontros atingiram os objetivos iniciais. Conscientizar, mobilizar e informar a categoria sobre seus direitos, deveres e expectativas quanto às melhoras da qualidade de vida e de trabalho.

Numa primeira etapa, a equipe diretiva realizou, num roteiro longo, abrangendo quase todo o estado, seis reuniões regionais, levando o Sindicato até a sua base, no interior do RS, para debater os pontos cruciais que afetam os servidores. A presença da psicóloga Virginia Ávila e do consultor econômico Cândido da Roza deram qualidade técnica às palestras e enriqueceram as discussões, esclarecendo dúvidas dos participantes. E ao terminar esta fase, conclui-se que os desafios são grandes a enfrentar, já que as demandas surgidas foram além da pauta inicial:

- Problemas na estrutura dos prédios
- Assédio moral
- Inúmeros afastamentos por problemas de saúde
- Carência de servidores em quase todos os cartórios
- Jornadas superiores às 8 horas e nos finais de semana
- Preocupação e insegurança com o PCS
- Reajuste digno do auxílio-alimentação
- Diminuição de CCs no Judiciário

Problemas que se replicam pelo estado, denunciados pelo Sindicato, em prol da qualidade de vida e de trabalho dos servidores e fim da morosidade na solução das demandas da sociedade. Para isso, devemos ter coragem e sair da zona de conforto e se juntar aos que querem mudar essa realidade. É com essa consciência e realidade vivenciada, que novos Encontros estão sendo agendados. Percorreremos o rio grande quantas vezes forem necessárias, mas não deixaremos de informar, conscientizar e mobilizar os colegas para as lutas que se aproximam.

Tramandaí

Santo Ângelo

Santa Maria

Integração sindical

Os dirigentes Fabiano Marranghello e Davi Pio foram recebidos pelo coordenador-geral do Sindijustiça-RJ, Alzimar Andrade Silva, no final de maio. Na pauta do encontro estava a PEC 555/2006, que visa ao fim do desconto previdenciário para aposentados e pensionistas; a PEC 59/2013, que criará o Estatuto Nacional dos Servidores da Justiça; programas de combate ao assédio moral; o desmonte do serviço público; a desvalorização do servidor concursado e a crescente nomeação de cargos em comissão de fora do quadro dos servidores concursados, além da verdadeira estagiarização do serviço público.

De acordo com dirigente carioca, as dificuldades dos servidores se tratam de um projeto nacional, idealizado no colégio de presidentes dos tribunais de justiça, que desqualifica o servidor concursado e enfraquece o serviço público.

5º Encontro do Núcleo dos Aposentados do SindjusRS

Cuidados com a saúde da pele, planejamento financeiro familiar, formação familiar, teatro, confraternização, homenagem, depoimentos, yoga laboral, baile à fantasia, espetáculo de danças e brindes. Tudo isso embalado sob intensa participação e forte emoção. Assim foi o 5º Encontro do Núcleo dos Aposentados do Judiciário gaúcho, realizado nos dias 30 e 31 de maio, que envolveu cerca de 150 pessoas, entre aposentados, servidores ativos e acompanhantes Cândido da Roza, consultor econômico do Sindicato, abriu o ciclo de palestras no primeiro dia, seguido de uma sessão de yoga laboral e um baile temático. No sábado, o assessor jurídico, Bruno Freitas de Almeida, o médico Marcos Frey e a psicóloga Lisia da Luz Refosco foram os palestrantes do Encontro. A atividade ainda contemplou uma apresentação teatral e o sorteio de brindes.

Síndrome da corrupção pública brasileira

Adalberto Paulo Klock
klock@sindjus.com.br

Os índices de corrupção no serviço público são alarmantes. Essa é uma evidência declarada por todas as entidades internacionais que tratam do assunto. E o Brasil ocupa o 72º lugar no ranking da corrupção, segundo o site cpi.transparency.org/cpi2013/results. Porém isso precisa obrigatoriamente ter uma causa. E as causas são conhecidas: cultural, política/administrativa e social.

A primeira e principal é o cultural, pois a sociedade que não se entende ou compreende, acaba sendo refém da corrupção, pois ela se instala especialmente na gestão pública como forma de governo legitimada. A segunda em importância é a política/administrativa, onde o sistema gerencial da administração pública é baseado em regras de favorecimento e personalização do gestor público – síndrome do endeusamento do gestor público (juízes, promotores, deputados, prefeitos, etc.) e a eterna esperança do salvador da pátria. A terceira causa é a social, ou seja, a dependência da sociedade do sistema de corrupção implantado, que representa ser a única ou a mais eficiente forma de "conseguir" a prestação ou serviços do gestor público.

Tudo isso produz efeitos nefastos na sociedade. Mas quero aqui falar da segunda causa, a política / administrativa. A gestão pública é feita por "servidores públicos" - pessoas que servem ao público. Portanto devem obrigatoriamente ser da confiança da sociedade. E para um servidor ser da confiança da sociedade, ele precisa ter os seguintes requisitos: nomeação por concurso público; autonomia e independência na sua função; responsabilidade por seus atos, respondendo por eles perante a sociedade.

Ocorre que na atual sistemática de gestão pública, os servidores públicos não são julgados pela sociedade, mas por seus pares ou dentro do mesmo órgão. O ideal seria que todos os delitos de servidores públicos e contra a administração pública fosse julgado pelo povo, por meio de sistema de júris populares.

Outro problema endêmico que se impregnou no serviço público brasileiro e é a principal causa da corrupção administrativa são os servidores em Cargo em Comissão (CC) ou Funções Gratificadas (FG). Esses são servidores que não são propriamente da confiança da sociedade, mas sim, da confiança exclusiva do agente político que o nomeou ou designou. Não estamos entrando no mérito da honestidade pessoal dos que são designados para esses cargos. Mas essa condição desse servidor acaba sendo danosa à sociedade, pois seu

Servidores Públicos devem ser da Confiança da Sociedade

cargo ou função depende não de agradar ou fazer o que a sociedade espera de um servidor público, mas sim de agradar e fazer o que o hierarca quer, sob pena de perder seu cargo imediatamente. Esse é um servidor sem estabilidade e vassalo do hierarca, que acaba por vias tortas não sendo, muitas vezes, da confiança da sociedade.

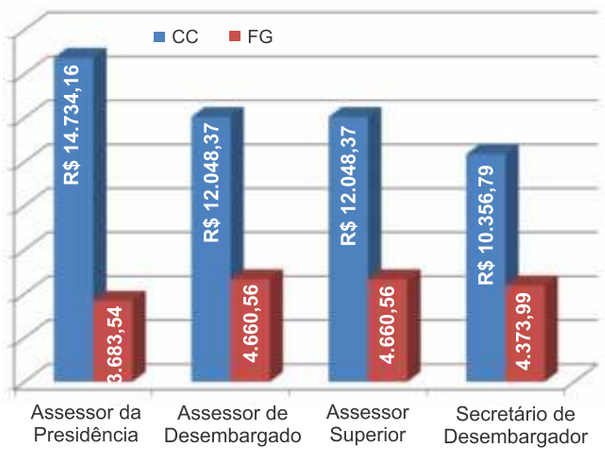
É vergonhoso imaginar que hoje temos, no RS, quase um quinto de servidores do Tribunal de Justiça e três quartos dos servidores da Assembleia Legislativa que foram empossados sem concurso público, que estão no serviço público para fazerem a vontade dos 'agentes políticos' que os nomeou.

No Judiciário Gaúcho não é muito diferente. Ao se analisar a força de trabalho constata-se que há, no Segundo Grau, 1.214 servidores estatutários, e destes há 413 com FGs. Já cargos em comissão há 554. Porém o que mais chama a atenção é que dos cargos criados para serem providos por CCs ou FGs, os que pagam os melhores salários são providos de regra por CCs. Vejamos:

Nº de CCs	Valor pago para CCs	Média Salarial
554	R$ 1.038.770,96	R$ 3.919,89

Nº de FGs	Valor pago para FGs	Média Salarial
265	R$ 5.848.570,77	R$ 10.556,99

A média salarial já demonstra a finalidade utilizada para colocar no serviço público pessoas sem concurso público (CCs). Mas vejamos onde estão especialmente essas desproporcionalidades gritantes no Judiciário:



Ao se analisar os dados ao lado, verifica-se que há primazia do Tribunal de Justiça pela contratação sem concurso público para os cargos mais bem remunerados, investindo em cargos de melhor remuneração os não-concursados. Além disso, os maiores salários pagos pela administração pública do TJ/RS são para servidores que nunca prestaram concurso público para desempenhar a função na qual ganham polpudos vencimentos. O maior salário é de R$ 26.563,40, cujo ocupante tem 26 anos de nomeação.

O que mais chama a atenção do levantamento realizado é constatar que os servidores investidos em Cargos em Comissão ganham vantagens típicas dos servidores estatutários, cumulando avanços e vantagens, além de muitos inclusive com incorporação de FGs até na aposentadoria.

Evidente que a CF/88 não buscou expressamente tratar a situação funcional dos cargos comissionados no serviço público, pois estes deveriam ser exceção. Porém tem se tornado a regra. Urge que servidor público seja da confiança da sociedade, e não obrigatoriamente somente do hierarca. Urge perceba a sociedade que o fim da corrupção e do distanciamento do serviço público da sociedade passa diretamente pela valorização do servidor concursado e pelo fim da precarização dos serviços públicos que está sendo implantada pelos donos do poder com a massivação dos FGs e CCs.

Jornadas de Junho: uma análise das Ciências Sociais

Mariana Chies Santiago Santos
Doutoranda em Sociologia pela UFRGS e advogada do Grupo 10 do Serviço de Assessoria Jurídica da UFRGS

O livro #protestos, recentemente lançado em Porto Alegre, é fruto de um encontro que ocorreu no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ILEA/UFRGS), em junho de 2013, em meio aos acontecimentos que pararam, por diversas semanas, todo o país. Diversos pesquisadores, professores e profissionais atuantes nas mais variadas áreas das Ciências Sociais e das Ciências Sociais Aplicadas reuniram-se para refletir acerca dos acontecimentos que, naquele momento, se apresentavam ao país. As jornadas de junho foram, dessa forma, analisadas desde perspectivas próprias de cada autor.

Análise de diversas questões que circundam o que ocorreu naquele mês são colocadas em debate. Desde os jovens como novos atores sociais, uma nova modalidade de mobilização contestatória, os gastos com a Copa do Mundo FIFA, a análise das manifestações a partir da sociologia da moral, a questão dos black blocs e dos movimentos contra o aumento dos preços das passagens. Tudo isso se junta no livro #protestos numa tentativa de compreensão daquilo que pareceu, em um primeiro momento, um aconte-cimento extraordinário.

Não tem havido vontade política ou interesse dos governos federal e estaduais em dar uma resposta, que não pelas vias da repressão e da criminalização

A violência policial, por seu turno, também é analisada na obra a partir da ótica da sociologia das conflitualidades. Esse tema vem sendo central no que se refere às arbitrariedades estatais em face dos protestos sociais.

Desde seu início, as manifestações têm sido alvo constante de abusos por parte dos agentes de segurança pública, reforçando uma forma arbitrária de se pensar o direito de protesto.

Até o momento, não tem havido vontade política ou interesse dos governos federal e estaduais de dar uma resposta que não pelas vias da repressão e da criminalização. Restrições ao uso de armamento e/ou força pelos agentes policiais envolvidos na contenção das manifestações, transparência na atividade, responsabilização por abusos, abandono das detenções em massa e do uso de tipos penais incongruentes, fim de imposições de limites temporais ou materiais às manifestações e bloqueio das medidas legislativas que vêm sendo desenhadas para reprimir os protestos poderiam ser importantes primeiros passos. No entanto, tais possibilidades vêm sendo ignoradas ou não recebendo a atenção devida por parte do Estado.

Além disso, diversas pessoas vêm respondendo a processos criminais ou de apuração de atos infracionais. Esse encontro de cidadãos com o Poder Judiciário se justificaria caso os inquéritos policiais e as denúncias do Ministério Público fossem embasados em provas contundentes de autoria e materialidade dos delitos (dano, dano qualificado, incêndio, formação de milícia privada, entre outros). Acontece que o que se enxerga é o contrário. São processos claramente políticos que visam a encontrar bodes expiatórios.

O momento atual parece ser de intensificação dos protes-

tos e a repressão estatal sinaliza que continuará tentando calar a voz das ruas pela violência e ameaça. Esquece-se que vivemos em um país democrático, no qual a Liberdade de Expressão e de Reunião são direitos consagrados em nossa Carta Política. Neste contexto, é necessário refletirmos para saber se estamos caminhando rumo à consolidação desse modelo de sistema político ou se estamos, a partir da lógica do autoritarismo estatal, rumando ao passado. O livro #protestos nos traz pistas para entendermos o que está ocorrendo no País e nos ajuda, dessa forma, a construir reflexões acerca dessas inquietantes manifestações.

Rápidas

Greve no Paraná

Dia 09/06 foi dia de mobilização, atos, passeata e Assembleia Geral para os servidores do PJ do Paraná. Os colegas, que estão em Estado de Greve, decidiram adiar o movimento paredista e aguardar a evolução nas negociações com o TJ. A categoria agendou nova Assembleia para 18 de julho, quando decidirá a deflagração da Greve.

Abojeris

Dirigentes do SindjusRS receberam a visita da direção eleita da Abojeris, que tomou posse no dia 14/06, em Assembleia Geral. Estiveram presentes na sede do Sindicato, o presidente Jaques Marcinei Pereira e a diretora Rosana Nunes. O encontro serviu para reafirmar os laços e a colaboração entre as duas entidades.

Cursos do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) oferece 5 mil vagas a servidores do Poder Judiciário e magistrados em 12 cursos de capacitação, à distância, em áreas do Direito e Administração Pública. As inscrições podem ser realizadas pelo site http://www.cnj.jus.br/eadcnj/

Estagiariocracia no MP

O SIMPE/RS entregou representação à Corregedoria Nacional informando o número de estagiários contratados pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, em detrimento da nomeação de servidores e pediu providências. O número abusivo de estagiários preocupa os operadores de direito, gerando reflexões no meio jurídico.

Novo site

O site do SindjusRS está de roupa nova. Com visual mais limpo e moderno, o conteúdo foi reorganizado, dando prioridade às informações e facilitando o acesso aos dados. Além disso, também disponibilizamos maior integração com as redes sociais do Sindicato. Confira em www.sindjus.com.br.

Morosidade no Judiciário

Defasagem de recursos humanos no Judiciário gaúcho é o vilão da sobrecarga de trabalho do servidor. Ela fomenta a morosidade e emperra a máquina pública. Atualmente há 7041 cargos criados no Poder Judiciário. Destes, 1939 estão vagos. Para reforçar a luta pelo provimento de cargos, o Sindicato solicitou moção de apoio para a OAB RS. Aguardamos por retorno positivo.

Homenagem

Direção do SindjusRS faz homenagem a Valdir Bergmann durante 5º Encontro do Núcleo dos Aposentados. Os participantes fizeram um minuto de silêncio pelo colega, vítima de uma pancreatite aguda. Ele era distribuidor-contador aposentado da Comarca de Giruá.

PCS danoso

Especialista Vera Miranda faz análise técnica sobre o Plano de Cargos e Salários do TJRS e verifica que ele ainda é mais danoso ao servidor. Veja no site do Sindicato, o resumo de dez apontamentos da especialista sobre o texto do anteprojeto. Se preferir, consulte a análise completa no site do sindicato.

Concessão de privilégios a poucos

Visite a página do Sindjus e mande mensagem automática aos Deputados Estaduais contra os projetos de lei de nº 109/2014, extinção do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nº 124/2014 – extinção do cargo de Oficial Ajudante, nº 122/2014 – reajuste diferenciado de 6% em parcela única apenas para os assessores de juiz e de pretor. O PL nº 122/2014 prevê a concessão de REAJUSTE DIFERENCIADO de 6%, em parcela única para os CCs do pirimeiro grau. O projeto de lei nº 62/2014, recentemente sancionado, concedeu reajuste de 7,5%, em duas parcelas, para TODOS OS SERVIDORES DO TJRS, INCLUINDO-SE AÍ OS CARGOS EM COMISSÃO. Os assessores de juiz e de pretor do primeiro grau ganhariam reajuste superior ainda neste ano, que atingiria 13,5%, enquanto que todo o restante dos servidores receberá 7,5%. De modo flagrante, fere-se a Constituição Federal no tocante à isonomia de reajustes de cargos dentro de uma mesma estrutura administrativa.